

no caso do órgão externo não dispor de sistema compatível para os fins desta Portaria, o documento poderá, excepcionalmente, ser encaminhado em meio físico, através dos serviços da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - CORREIOS.

§ 1º As correspondências com peso até 500g deverão ser encaminhadas na modalidade Carta Registrada.

§ 2º Os serviços de Aviso de Recebimento (AR) e Mão Própria (MP) são restritos aos casos que os requeiram, devidamente justificados.

§ 3º O Serviço de Encomenda Expressa (SEDEX) é restrito aos casos de urgência, observado o limite de quatro usos, ao ano, por unidade, precedidos da necessária justificação.

§ 4º Também poderão ser encaminhados em meio físico os documentos cuja respectiva cópia digital ultrapasse o limite de capacidade de armazenamento dos sistemas elencados, bem como os autos judiciais, quando a unidade para a qual se destinam não dispuser de sistema de tramitação de processo eletrônico, ou, assim dispondo, se configurar inviável a digitalização dos mesmos.

**Art. 10.** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 1994, de 19.12.2012.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA, em Fortaleza, em 2 de julho de 2015.

**Desembargadora Maria Iracema Martins do Vale**  
**PRESIDENTE DO TRIBUNAL**

Portaria nº 1463/2015

**A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ**, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 53, inciso I, e art. 474, ambos da Lei Estadual nº 12.342, de 28 de julho de 1994, combinado com o art. 210 da Lei Estadual nº 9.826/74,

CONSIDERANDO o que consta do Processo Administrativo nº 8501465-52.2013.8.06.0000,

RESOLVE determinar a apuração da responsabilidade do Técnico Judiciário ALEXANDRE FARIAS CAVALCANTE, matrícula 018342.1/5, instaurando processo administrativo disciplinar em virtude de abandono de cargo, previsto no § 1º, do art. 199, da Lei Estadual nº 9.826/74, pela Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, constituída pela Portaria nº 424/2007, publicada no Diário da Justiça de 17/05/2007, apresentar relatório conclusivo dentro do prazo legal de 90 (noventa) dias.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 29 de junho de 2015.

Desembargadora Maria Iracema Martins do Vale  
PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 1466/2015

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO as disposições da Emenda Constitucional nº 45, publicada em 31 de dezembro de 2004, alusiva à Reforma do Judiciário, que prevê a prestação jurisdicional continuada;

CONSIDERANDO as disposições da Resolução nº 14, de 15 de dezembro de 2005, e da Resolução nº 4, de 12 de fevereiro de 2009, ambas do Tribunal de Justiça, e as regras estabelecidas pela Resolução nº 71, de 31 de março de 2009, do Conselho Nacional de Justiça, de modo especial as contidas no seu art. 1º, letras e parágrafos, que disciplinam o Plantão Judiciário em 1º e 2º graus de jurisdição e, ademais, as disposições da Resolução nº 152, de 6 de julho de 2012, do Conselho Nacional de Justiça, que alterou a Resolução nº 71/2009, dispondo sobre o plantão judiciário para excepcionar a divulgação antecipada dos nomes dos magistrados plantonistas;

CONSIDERANDO as disposições da Resolução do Órgão Especial do Tribunal de Justiça nº 10/2013, que dispõe sobre regime de plantão judiciário em 1º e 2º graus de jurisdição do Poder Judiciário cearense;

CONSIDERANDO o que foi apurado no Proc. nº 8506959-24.2015.8.06.0000,

RESOLVE designar para o Plantão Judiciário do 2º grau, nas datas abaixo indicadas, os Senhores Desembargadores:

DATA	DESEMBARGADOR(A) PLANTONISTA
04/07/2015 (sábado)	José Tarcílio Souza da Silva (por permuta)
05/07/2015 (domingo)	Maria Edna Martins

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE e CUMPRA-SE.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, Fortaleza, em 29 de junho de 2015.

Desembargadora Maria Iracema Martins do Vale  
PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA